

A CULTURA DO SILÊNCIO NAS SUBNOTIFICAÇÃO DO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL

Ana Paula de Camargo¹
Ana Bela dos Santos²

Resumo: Este trabalho aborda o tema do abuso e exploração sexual contra crianças, destacando suas características e implicações psicológicas e sociais, a partir de uma revisão bibliográfica. A coleta de dados foi realizada com base em estudos epidemiológicos que analisam os casos de violência sexual ocorridos no Brasil, com foco em crianças na faixa etária de 5 a 9 anos. De acordo com a literatura, a maioria dos casos ocorre em ambientes intrafamiliares, e a subnotificação pode estar associada a fatores sociais e culturais, como o estigma e a falta de confiança nas instituições de segurança. Os autores revisados destacam que o abuso sexual é uma forma de abuso de poder, no qual o agressor, frequentemente uma figura próxima à vítima, utiliza-se de sedução, ameaças e violência para obter alguma vantagem sexual. Além disso, vários estudos sugerem que os agressores, em muitos casos, também foram vítimas de violência sexual na infância, o que contribui para a perpetuação de um ciclo de violência. As consequências psicológicas para as vítimas podem variar de distúrbios emocionais e comportamentais a neuroses e fobias. Por fim, a análise filosófica baseada em Nietzsche oferece uma crítica à moralidade tradicional ao explorar questões de poder e dominação presentes na dinâmica do abuso. Esta análise teórica ajuda a compreender uma possível causa para a subnotificação desses casos.

Palavras Chaves: Abuso sexual, Violência, Subnotificação, Poder e moralidade.

Resumen: Este trabajo aborda el tema del abuso y la explotación sexual contra niños, destacando sus características e implicaciones psicológicas y sociales, a partir de una revisión bibliográfica. La recopilación de datos se realizó con base en estudios epidemiológicos que analizan los casos de violencia sexual ocurridos en Brasil, enfocándose en niños en la franja etaria de 5 a 9 años. De acuerdo con la literatura, la mayoría de los casos ocurre en entornos intrafamiliares, y la subnotificación puede estar asociada a factores sociales y culturales, como el estigma y la falta de confianza en las instituciones de seguridad. Los autores revisados destacan que el abuso sexual es una forma de abuso de poder, en la que el agresor, frecuentemente una figura cercana a la víctima, utiliza la seducción, amenazas y violencia para obtener alguna ventaja sexual. Además, varios estudios sugieren que los agresores, en muchos casos, también fueron víctimas de violencia sexual en la infancia, lo que contribuye a la perpetuación de un ciclo de violencia. Las consecuencias psicológicas para las víctimas pueden variar desde trastornos emocionales y conductuales hasta neurosis y fobias. Por último, el análisis filosófico basado en Nietzsche ofrece una crítica a la moralidad tradicional al explorar cuestiones de poder y dominación presentes en la dinámica del abuso. Este análisis teórico ayuda a comprender una posible causa para la subnotificación de estos casos.

Palabras Clave: Abuso sexual, Violencia, Subnotificación, Poder y moralidad.

¹ Centro Universitário Campo Real. Psi-anacamargo@camporeal.edu.br. Acadêmica de Psicologia.

² Centro Universitário Campo Real. Prof_anabela@camporeal.edu.br. Ana Bela dos Santos. Doutoranda em educação.

1. INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantil é entendido como qualquer ato sexual em que o agressor busca satisfação ou prazer por meio da exploração de crianças e adolescentes. Esse tipo de violência, que pode variar de exposição a esses conteúdos, ou fotos e gravações, carícias e masturbação até formas mais graves como estupro e penetração, é reconhecido como uma violação dos direitos fundamentais das vítimas. Também enfatiza que o abuso sexual não se limita apenas a atos físicos, mas pode manifestar-se através de sedução, voyeurismo e outros comportamentos manipulativos (Gabel, 1997; Rocha, 2004). Esse fenômeno é frequentemente perpetuado por pessoas próximas à vítima, como familiares e conhecidos, o que dificulta a identificação e a denúncia dos abusos (Santos, 2009).

A subnotificação é reforçada por fatores sociais e culturais, como o estigma associado às vítimas e a desconfiança nas instituições de segurança pública. O impacto do abuso sexual na vida de quem sofreu é profundo e duradouro, podendo afetar seu desenvolvimento psicológico, emocional e social. As vítimas que frequentemente apresentam problemas comportamentais, emocionais e cognitivos, além de distúrbios físicos e psicológicos (Gabel, 1997). O abuso não apenas marca a vida das vítimas, mas também reflete uma estrutura social que muitas vezes permite e perpetua essas violações, como evidenciado pela predominância de abusos perpetrados por pessoas próximas e respeitáveis, que muitas vezes utilizam sua posição de confiança para encobrir seus atos.

Uma breve historiografia sobre o conceito de abuso sexual, com base nas contribuições teóricas de Michael Gabel (1997), Adriana Scodelario (2005) e outros estudiosos que discutem a dinâmica e a complexidade desse fenômeno. A introdução será pautada na definição do abuso sexual como a violação dos limites éticos e a manipulação da vulnerabilidade das vítimas, conforme descrito por Gabel (1997) e corroborado por dados epidemiológicos recentes. Em seguida, incorporaremos a crítica de Friedrich Nietzsche (1887) sobre a moralidade e a relação de poder, refletindo sobre como essas ideias podem iluminar as estruturas de dominação e submissão presentes no abuso sexual. Por fim, discutiremos as contribuições de autores contemporâneos que aprofundaram a pesquisa sobre o tema, como Inácio Casoy (2010) e Marie Lamour (2012). A relevância desse estudo reside na análise detalhada dos conceitos apresentados e na compreensão de como a história, a crítica

moral de Nietzsche e os estudos contemporâneos oferecem uma visão abrangente e crítica sobre o impacto devastador do abuso sexual.

2. METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, será adotada a pesquisa bibliográfica possibilitando um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto (Gil, 1994).

A partir do exemplo de uma pesquisa exploratório-descritiva, apresentar-se-á o percurso construído com utilização da pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico. Esta, enquanto estudo teórico elaborado a partir da reflexão pessoal e da análise de documentos escritos, originais primários denominados fontes, segue uma sequência ordenada de procedimentos (Salvador, 1986).

Para a realização deste estudo, foram conduzidas buscas preliminares na plataforma de pesquisa acadêmica Google Scholar. A estratificação dos dados foi realizada com base em critérios previamente estabelecidos, a saber: 1) utilização de descritores específicos, sendo adotados os termos “abuso sexual”, “violência” e “suporte emocional”; 2) modelo de produção, onde foram selecionados livros e artigos científicos; 3) intervalo de tempo, limitando-se a artigos publicados entre os anos de 2020 e 2024; e 4) critérios de exclusão, eliminando-se trabalhos que não atendessem aos critérios mencionados anteriormente que são voltados a violência e o abuso emocional, sendo encontrados e usados destes sete artigos citados abaixo.

Paixão e Souza (2020) conduziram uma pesquisa qualitativa com o objetivo de analisar o fenômeno do abuso sexual infantil e oferecer subsídios para a área escolar. Eles identificaram que existe um tabu significativo em torno do assunto, o que gera consequências graves para as vítimas. As escolas desempenham um papel crucial na prevenção do abuso e na criação de redes de apoio.

Zanatta (2020) também realizou um estudo qualitativo, focado em identificar os problemas psíquicos e relacionais que podem surgir na vida adulta como resultado do abuso sexual na infância. Seus achados indicam que as vítimas frequentemente enfrentam ansiedade, depressão, comportamento autodestrutivo, pensamentos e tentativas de suicídio, além de dificuldades de vínculo afetivo, vergonha e isolamento.

A pesquisa de Silva (2020), baseada em uma revisão bibliográfica, concentrou-se em entender a concepção materna de crianças que sofreram abuso sexual e estão inseridas na rede de atendimento psicossocial. Ele destacou que a violência sexual afeta não apenas a vítima, mas todos os membros da família, reforçando a necessidade de um atendimento que abranja o núcleo familiar.

Da Silva et al. (2023) combinaram métodos qualitativos e bibliográficos para analisar a atuação do psicólogo na rede de proteção para famílias com histórico de abuso sexual infantil. Os autores enfatizaram que os profissionais devem estar bem preparados para identificar e lidar com casos de abuso e para oferecer apoio adequado às crianças e suas famílias.

Freitas (2020), através de uma pesquisa qualitativa, investigou o impacto da violência sexual intrafamiliar nas mães das crianças vítimas. Os resultados mostraram que o sofrimento materno não se restringe ao ato de violência em si, mas também ao processo de revelação, denúncia e acompanhamento médico.

Bonfante, Polli e Hohendorff (2023) realizaram um estudo qualitativo para conhecer as reações de pais, tanto protetivas quanto não protetivas, em relação ao abuso sexual de seus filhos. Eles encontraram que, em geral, as mães adotam medidas protetivas, buscando atendimento especializado para seus filhos.

Oliveira e Felice (2022) conduziram uma pesquisa qualitativa para entender a percepção dos psicólogos sobre o papel da mãe no contexto do abuso sexual infantil. Seus achados ressaltaram a importância central do suporte materno para o enfrentamento do trauma e para o tratamento psicoterapêutico, observando que a falta de suporte pode estar ligada a aspectos psíquicos da mãe.

Por fim, Silva (2020), em um estudo qualitativo, destacou a importância do fortalecimento dos vínculos entre a mãe e a criança. O estudo enfatiza que fortalecer esses laços é crucial para a recuperação da vítima e para o processo de cura.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 DEFINIÇÃO E DINÂMICA DO ABUSO SEXUAL

O abuso sexual é definido como qualquer ato ou jogo em que o agressor busca satisfação ou prazer sexual por meio do contato com crianças e adolescentes. Isso pode incluir carícias, masturbação, sedução, estupro ou penetração vaginal e anal. Como afirmado por M. Gabel (1997, p. 10), “abusar é precisamente ultrapassar os limites e, portanto, transgredir”, violando as regras e padrões éticos de convivência. A

Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia 2002) descreve o abuso sexual como uma situação em que um adulto ou até mesmo um adolescente mais velho usa a criança ou o adolescente para gratificação sexual. Essa definição ampla e detalhada é crucial para compreender a gravidade e a diversidade dos atos que podem ser classificados como abuso sexual, e a necessidade de uma abordagem abrangente na proteção e no suporte às vítimas.

Os dados epidemiológicos sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes revelam que, entre 2015 e 2021, foram registrados 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, sendo 83.571 (41,2%) em crianças e 119.377 (58,8%) em adolescentes (Brasil 2024). Esses números refletem a magnitude do problema e indicam uma prevalência mais alta entre adolescentes, o que pode sugerir fatores específicos que afetam essa faixa etária, como maior exposição a situações de risco ou uma maior capacidade de denúncia.

Dos 83.311 indivíduos analisados, 63.991 eram meninas, o que representa 76,8% do total, e 19.320 eram meninos, ou seja, 23,2% do total (Brasil 2024). A predominância de meninas entre as vítimas destaca uma possível vulnerabilidade ou maior exposição ao abuso sexual, exigindo uma análise mais aprofundada sobre os fatores que contribuem para essa desigualdade.

Quanto à faixa etária, a distribuição é a seguinte: Menores de 1 ano: Entre as meninas, 2.615 estavam nesta faixa etária, representando 4,1% do total de meninas. Entre os meninos, 502 estavam nesta faixa etária, o que corresponde a 2,6% do total de meninos. No total, foram 3.117 indivíduos, ou 3,8% do total geral (Brasil 2024). Esta faixa etária mostra uma presença relativamente pequena, o que pode sugerir que os casos são menos visíveis ou mais difíceis de detectar nesta fase inicial da vida.

De 1 a 4 anos: Nesta faixa etária, havia 26.967 meninas, o que equivale a 42,1% do total de meninas. Entre os meninos, 7.205 estavam nesta faixa etária, correspondendo a 37,3% do total de meninos. O total de indivíduos nesta faixa etária foi de 34.172, representando 41,0% do total geral (Brasil 2024). A concentração mais alta nesta faixa etária pode refletir uma maior frequência de incidentes ou uma melhor capacidade de detecção e registro desses casos durante os primeiros anos de vida.

De 5 a 9 anos: Para essa faixa etária, foram registradas 34.409 meninas, ou 53,8% do total de meninas, e 11.613 meninos, o que corresponde a 60,1% do total de meninos. O total de indivíduos nesta faixa etária foi de 46.022, representando 55,2%

do total geral. A maior prevalência de casos nesta faixa etária pode indicar um aumento na exposição e na visibilidade dos casos, além de possíveis variações na forma como as denúncias são feitas e registradas.

Esses dados indicam uma predominância de meninas em todas as faixas etárias e uma distribuição diferenciada entre meninos e meninas conforme a idade (Brasil 2024). Esse padrão de prevalência desigual entre os gêneros e faixas etárias é importante para o planejamento de intervenções e políticas direcionadas.

Quanto ao tipo de violência, 39.000 (62%) foram casos de estupro, 14.693 (24,9%) de assédio sexual, 2.048 (3,3%) de pornografia infantil, 1.836 (2,9%) de exploração sexual e 4.352 não foram especificados. Destes casos, 33,7% foram recorrentes, ou seja, aconteceram mais de uma vez (Brasil 2024). Essas estatísticas evidenciam a gravidade e a frequência de diferentes formas de abuso sexual, além de destacar a necessidade urgente de estratégias eficazes de prevenção e apoio contínuo para as vítimas.

Além disso, o anuário aponta que a maioria dos casos de violência sexual ocorre em ambientes intrafamiliares, o que torna a identificação e a notificação dos abusos ainda mais desafiadoras. A falta de dados sobre a origem das denúncias, especialmente em contextos escolares, é uma lacuna que precisa ser preenchida para entender melhor como e onde esses crimes estão sendo reportados. Apenas 1% dos casos registrados ocorreu em estabelecimentos de ensino, o que contrasta com a percepção de que as escolas são ambientes de risco. A subnotificação é frequentemente alimentada por fatores sociais e culturais, como o estigma associado às vítimas e a desconfiança nas instituições de segurança pública (Brasil, 2022). O predomínio de abusos em ambientes intrafamiliares sugere que as estratégias de prevenção e apoio devem focar em ambientes domésticos e familiares, onde o controle e a supervisão podem ser mais eficazes.

O Boletim Epidemiológico aponta que, em 2020, houve uma redução significativa nas notificações de violência sexual, o que pode ser atribuído à subnotificação decorrente do fechamento das escolas e da diminuição dos atendimentos nos serviços de saúde. Essa situação resultou em estimativas subestimadas das ocorrências de violência sexual, evidenciando a fragilidade do sistema de notificação durante períodos de crise (Brasil. Ministério da Saúde. 2024). Essa redução pode também refletir uma interrupção nos canais normais de reporte e

suporte, destacando a necessidade de estratégias adaptativas para garantir a continuidade da detecção e intervenção, mesmo em crises.

A análise dos dados sugere que o isolamento social pode ter facilitado o controle dos agressores sobre crianças e adolescentes, perpetuando o silêncio das vítimas e contribuindo para a subnotificação. Estudos que coletaram dados diretamente com membros das famílias indicaram um aumento na violência intrafamiliar, enquanto aqueles que utilizaram fontes secundárias, como registros hospitalares e policiais, mostraram uma diminuição nas notificações. Essa discrepância ressalta a importância de considerar a subnotificação como um fator crítico na avaliação da violência sexual (Brasil 2024). Esse fenômeno destaca a necessidade de um sistema de notificação mais robusto e adaptável, que possa capturar dados precisos e abrangentes mesmo em situações excepcionais.

3.2 PERSPECTIVA CRÍTICA E FILOSÓFICA SOBRE O ABUSO

A análise crítica e filosófica do abuso sexual infantil oferece um panorama profundo sobre as complexas dinâmicas envolvidas, desde a identificação do problema até suas implicações morais e sociais. Ao refletirmos sobre a violência sexual sob a lente filosófica, é crucial abordar a natureza e as consequências desse abuso, bem como as estruturas morais e sociais que o perpetuam. A filosofia proporciona uma abordagem única ao examinar as questões fundamentais sobre poder, moralidade e justiça, ajudando a revelar as camadas mais profundas da dinâmica do abuso e suas implicações para a sociedade como um todo.

Muitos agressores também foram vítimas de abuso na infância, criando um ciclo de violência que perpetua o sofrimento. Este ciclo vicioso sugere que a violência sexual não é apenas um ato de agressão isolado, mas parte de um padrão intergeracional de trauma e abuso que pode ser transmitido e amplificado através das famílias e comunidades (Gabel 1997, Lamour 1997). Essa perspectiva destaca a importância de compreender o abuso não como um evento isolado, mas como um fenômeno que resulta de dinâmicas sociais e individuais complexas e que podem ser repetidas. Para romper esse ciclo, é fundamental implementar estratégias de intervenção que não apenas tratem os sintomas do abuso, mas também abordem as causas subjacentes e ofereçam suporte tanto às vítimas quanto aos agressores em potencial.

O abuso sexual é frequentemente analisado como uma forma de abuso de poder. A relação desigual entre o agressor e a vítima reflete um uso ilícito da sexualidade e um controle opressivo sobre o outro. Em muitos casos, o agressor é uma figura de autoridade ou alguém em posição de confiança, o que torna ainda mais difícil para a vítima denunciar o abuso (Gabel, 1997; Casoy, 2004). Essa dinâmica de poder não só facilita a perpetuação do abuso, mas também contribui para a criação de um ambiente de medo e silêncio, onde as vítimas se sentem incapazes de buscar ajuda. Esse aspecto ressalta a necessidade de uma abordagem que reconheça e desafie as estruturas de autoridade e os sistemas que permitem a exploração e a dominação. Uma análise crítica deve, portanto, questionar as estruturas de poder que sustentam a desigualdade e promover a criação de mecanismos que protejam e empoderem as vítimas.

A perspectiva filosófica sobre o assunto também envolve uma análise das concepções morais e éticas que moldam nossa compreensão do problema. Nietzsche, por exemplo, critica as bases da moralidade tradicional, que muitas vezes não aborda adequadamente as complexidades do sofrimento humano e da moralidade (Nietzsche, 2007). Nietzsche argumenta que as normas morais estabelecidas frequentemente falham em capturar a complexidade do sofrimento e a diversidade das experiências humanas, o que pode levar a uma compreensão inadequada e superficial do abuso sexual. Em suas obras, ele propõe uma reinterpretação da moralidade, focando na autonomia e na criação de novos valores. Esse pensamento pode ser aplicado à análise do abuso sexual, destacando a necessidade de uma abordagem mais crítica e renovada para entender e enfrentar essas questões. Ao desafiar as normas morais tradicionais, podemos criar novas formas de pensar e agir que são mais inclusivas e sensíveis às necessidades das vítimas.

A moralidade tradicional muitas vezes reforça o silêncio e a vergonha em torno do abuso sexual. Estruturas sociais e culturais que sustentam a ideia de que o homem é o proprietário da família e dos filhos contribuem para a perpetuação da violência (Santos, 2009). Essas concepções patriarcais criam um ambiente onde o abuso é minimizado e as vítimas são frequentemente desacreditadas ou silenciadas. Essa moralidade, que muitas vezes favorece os agressores e marginaliza as vítimas, deve ser reavaliada para criar um ambiente mais justo e seguro. A crítica de Nietzsche à moralidade tradicional sugere que devemos repensar os valores e normas que sustentam as relações sociais, promovendo uma moralidade que reconheça e aborde

as realidades do abuso sexual (Nietzsche, 2007). Um exame crítico e renovado da moralidade pode ajudar a desafiar e transformar as normas sociais que perpetuam a violência e a injustiça.

A subnotificação de casos de abuso sexual é um problema crítico, exacerbado pelo estigma social e pela desconfiança nas instituições de segurança pública (Brasil, 2022). O estigma associado às vítimas e a falta de confiança nas instituições frequentemente desencorajam as vítimas e suas famílias a buscar ajuda e a denunciar os abusos. Esse problema é agravado pela falta de treinamento adequado para os profissionais envolvidos no atendimento e pela resistência das instituições em abordar questões delicadas relacionadas ao abuso sexual. Além disso, as falhas nos sistemas de notificação e apoio às vítimas podem criar barreiras adicionais que dificultam a identificação e a resolução eficaz dos casos de abuso. A filosofia crítica deve questionar não apenas as estruturas que permitem a perpetuação do abuso, mas também as falhas nos sistemas de notificação e apoio às vítimas. Para enfrentar esses desafios, é essencial desenvolver estratégias que fortaleçam os sistemas de apoio, promovam a educação e sensibilização sobre abuso sexual, e reduzam o estigma e a desconfiança nas instituições de segurança pública.

3.3 IMPACTOS E CONSEQUÊNCIAS DO ABUSO SEXUAL

Os impactos e as consequências do abuso sexual infantil e adolescente são profundos e abrangem várias dimensões da vida da vítima. Esses efeitos podem ser observados em áreas psicológicas, emocionais, físicas e sociais, e frequentemente persistem ao longo da vida. A violência sexual pode assumir diversas formas, como abuso intrafamiliar (incestuoso), abuso extrafamiliar, exploração sexual e outras práticas violentas que comprometem gravemente o desenvolvimento físico e emocional da criança ou adolescente (Brasil, 2002). A compreensão desses impactos é crucial para desenvolver intervenções eficazes e estratégias de prevenção.

Os efeitos psicológicos e emocionais do abuso sexual podem ser devastadores. Estudos mostram que vítimas de abuso sexual frequentemente sofrem de transtornos de estresse pós-traumático (TEPT), ansiedade, depressão e transtornos de conduta (Briere & Elliott, 2003). A experiência de abuso sexual durante a infância pode comprometer o desenvolvimento psíquico da criança, resultando em sérias dificuldades emocionais, como sentimentos de inferioridade, vergonha e culpa (Brasil, 2018). A experiência de abuso pode levar a sentimentos intensos de culpa,

vergonha e baixa autoestima. Essas reações emocionais são uma resposta direta ao trauma e podem se manifestar de várias maneiras, como dificuldades em formar relacionamentos saudáveis e uma visão negativa de si mesmo e do mundo.

O abuso sexual pode afetar significativamente o desenvolvimento cognitivo e comportamental das vítimas. Crianças e adolescentes expostos a abusos podem apresentar dificuldades escolares, problemas de concentração e uma redução geral na capacidade de aprendizagem (De Bellis et al., 2009). A violência sexual pode interferir diretamente no desempenho escolar, uma vez que muitas vítimas passam a apresentar queda no rendimento, evasão escolar e dificuldades em manter a concentração nas atividades acadêmicas (Brasil, 2018). Além disso, comportamentos de risco, como o uso de substâncias e comportamentos sexuais precoces, são comuns entre vítimas de abuso sexual. Esses comportamentos podem ser uma tentativa de lidar com o trauma ou uma consequência direta das experiências abusivas.

O abuso sexual também pode resultar em uma série de consequências físicas, que podem variar de lesões imediatas a problemas de saúde de longo prazo. Lesões físicas podem ocorrer durante o abuso, e complicações de saúde sexual, como infecções sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada, também são preocupações significativas (Kendall-Tacke et al., 2009). A violência sexual pode causar danos físicos graves, como lesões genitais, hematomas e traumas físicos generalizados, além de consequências de longo prazo, como doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e gravidez precoce, especialmente em adolescentes (Brasil, 2018). O estresse e a ansiedade associados ao abuso também podem contribuir para problemas de saúde física, como distúrbios alimentares e problemas de sono.

As consequências do abuso sexual se estendem às relações sociais da vítima. Vítimas podem enfrentar dificuldades em confiar nos outros e estabelecer relacionamentos interpessoais saudáveis. O estigma social e o medo de não serem acreditadas podem levar ao isolamento e ao retraimento social. Frequentemente, as vítimas de violência sexual enfrentam dificuldades em confiar nas pessoas, temendo a não aceitação ou o julgamento da sociedade, o que agrava seu isolamento social (Brasil, 2018). Além disso, o abuso pode afetar a dinâmica familiar, com possíveis conflitos e desintegração familiar resultantes da revelação do abuso e da falta de apoio adequado.

Os efeitos do abuso sexual podem persistir na vida adulta, influenciando vários aspectos da vida da vítima. Problemas de saúde mental e comportamental frequentemente continuam ao longo da vida, afetando a capacidade da pessoa de manter empregos, formar relacionamentos estáveis e viver de forma plena (Harris & Dykeman, 1997). A violência sexual, quando não devidamente tratada, pode gerar sequelas emocionais e comportamentais que se prolongam até a vida adulta, prejudicando o bem-estar e a capacidade de manter uma vida social e profissional satisfatória (Brasil, 2018). A experiência de abuso pode também influenciar a forma como a pessoa cria seus próprios filhos e lida com a parentalidade, perpetuando, em alguns casos, ciclos de abuso e violência.

Além dos impactos individuais, o abuso sexual tem consequências sociais e econômicas amplas. O custo para o sistema de saúde e para a sociedade é significativo, devido à necessidade de tratamento psicológico, médico e de suporte a longo prazo para as vítimas (Finkelhor et al., 2003). As consequências socioeconômicas do abuso sexual também são amplas, refletindo-se nos custos dos serviços de saúde, na sobrecarga dos sistemas de proteção e na necessidade de programas de apoio psicológico e reintegração social (Brasil, 2018). O impacto social inclui o aumento da carga sobre os serviços de saúde e assistência social, além de prejuízos para o bem-estar e a segurança das comunidades.

Os impactos e as consequências do abuso sexual são extensivos e complexos, afetando as vítimas em várias dimensões da sua vida. Compreender esses efeitos é fundamental para desenvolver estratégias de apoio e intervenção eficazes. A legislação brasileira, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), define a proteção integral das crianças e adolescentes contra qualquer forma de violência, incluindo a violência sexual, exigindo ações articuladas entre os diversos órgãos de proteção e atendimento (Brasil, 1990). A abordagem deve ser multidimensional, abordando não apenas os aspectos imediatos do trauma, mas também as necessidades de longo prazo das vítimas, para promover a recuperação e a reintegração saudável na sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciam a profundidade e complexidade do abuso sexual infantil e juvenil, revelando as diversas formas que essa violência pode assumir e as consequências significativas para as vítimas. Os dados apresentados, especialmente a prevalência

entre adolescentes e meninas, a necessidade de uma compreensão mais detalhada dos fatores que contribuem para essa desigualdade, além da importância de uma atuação focada no suporte às vítimas.

A análise filosófica e crítica permite enxergar o abuso sexual como uma dinâmica de poder que se perpetua em ciclos de violência intergeracional. Compreender o abuso não apenas como um ato isolado, mas como um fenômeno enraizado em padrões sociais e culturais que dificultam a denúncia e o apoio às vítimas, especialmente no contexto familiar.

Os impactos do abuso sexual vão muito além do momento da violência, afetando profundamente as vítimas em níveis emocionais, psicológicos, físicos e sociais. Esses efeitos persistem ao longo da vida e influenciam diversas áreas, como a saúde mental, as relações interpessoais e o desenvolvimento pessoal, exigindo uma abordagem que reconheça essas múltiplas dimensões do trauma. Dessa forma, compreender a complexidade do abuso é essencial para criar mecanismos eficazes de suporte e proteção para as vítimas.

5. REFERÊNCIAS TEÓRICAS

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; Ippolito, Rita. **Guia de referência: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual**. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil; Prefeitura da Cidade de São Paulo. Secretaria de Educação, 2009.

SUFREDINI, Francieli; More, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; Krenkel, Scheila. **Abuso sexual infanto-juvenil na perspectiva das mães: uma revisão sistemática. Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 9, n. 2, p. 265-278, dez. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822016000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 mai. 2023.

SANTOS, S. S. dos; Dell'Aglio, D. D. **Compreendendo as mães de crianças vítimas de abuso sexual: ciclos de violência. Estudos de Psicologia (Campinas)**, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400014>>. Acesso em: 24 mai. 2023.

DELL'AGLIO, Débora Dalbosco; Moura, Andreína; Santos, Samara Silva dos. **Atendimento a mães de vítimas de abuso sexual e abusadores: considerações teóricas e práticas**. *Psicol. Clin.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 53-73, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652011000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 mai. 2023.

PAIXÃO, Erica Souza. **O abusossexual de crianças e adolescentes: considerações sobre o fenômeno.** 2020. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/territorium/article/view/1647-7723_27-1_8>. Acesso em: 02 mai. 2024.

ZANATTA, Alice; Castro, Amanda. **Impactos psicossociais para o adulto do abuso sexual na infância.** 2020. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2668/4135>>. Acesso em: 03 mai. 2024.

MARADON, Patricia; Scortegagna, Silvana Alba. **Suporte materno mediante o abuso sexual infantil: revisão de literatura. Estudos Interdisciplinares em Psicologia,** Londrina, v. 8, n. 1, p. 119-134, jun. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072017000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 02 mai. 2024.

SILVA, Érica B. P.; Da Silva, A. M.; Da Silva, J. P. C. L.; Barbosa, V. R. A. **Atuação do psicólogo na rede de proteção junto a famílias com histórico de abuso sexual infantil.** Brazilian Journal of Health Review, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 4995-5013, 2023. DOI: 10.34119/bjhrv6n2-043. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/57898>>. Acesso em: 05 mai. 2024.

FREITAS, Kelly Bianchi. **A violência sexual infantil intrafamiliar e o enfrentamento materno.** 2020. Disponível em: <<https://bdtd.uftm.edu.br/bitstream/123456789/1591/1/Dissert%20Kelly%20B%20Freitas.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2024.

BONFANTE, A. de A. B.; Polli, L.; Hohendorff, J. V. **Reações de mães de meninos vítimas de violência sexual diante da revelação.** Psicologia em Estudo. Disponível em: <<https://doi.org/10.4025/psicoestud.v28i0.53140>>. Acesso em: 05 mai. 2024.

Oliveira, Victória Gaiardo de; Felice, Eliana Marcello de. **A relação mãe-filho no enfrentamento do abuso sexual infantil: a visão do psicólogo.** 2022. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/aletheia/article/view/7415>>. Acesso em: 03 mai. 2024.

SILVA, Flávia Argemiro de Almeida. **O silêncio da mãe diante do abuso: a omissão materna.** 2020. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7760476>>. Acesso em: 05 mai.2024

ZAVARONI, D. de M. L.; Viana, T. C. **Trauma e infância: considerações sobre a vivência de situações potencialmente traumáticas.** *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 31, n. 3, p. 331-338, 2015. Disponível: <10.1590/0102-37722015032273331338. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-37722015032273331338>>. acesso em: 10 de set de 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Boletim epidemiológico** 2024.